

12.abril.2012 – 13h45

RELATÓRIO DE AUDIÇÃO

- Entidade:** Associação Nacional de Docentes de Educação Especial (ANDEE)
Prof. David Rodrigues e Dra. Fátima Craveirinha
- Recebidos por:** Deputados do Grupo de Trabalho da Educação Especial: Margarida Almeida (Coordenadora), Maria Manuela Tender (PSD), Jacinto Serrão (PS) e Rita Rato (PCP).
- Assunto:** Educação Especial – Apresentação de medidas para a melhoria do sistema educativo.

Exposição: A Sra. Coordenadora do Grupo de Trabalho da Educação Especial, Deputada Margarida Almeida, agradeceu a disponibilidade dos representantes da Associação Nacional de Docentes de Educação Especial (ANDEE) para estarem presentes na audição, fazendo, de seguida, uma breve síntese dos trabalhos em curso.

Os representantes da ANDEE agradeceram a oportunidade concedida para apresentarem as suas posições, referindo que as mesmas não têm sofrido alterações há algum tempo. Entendem que a equidade educativa constitui a questão central e o maior desafio da Educação Especial e defendem que é necessário proceder à avaliação da atual legislação, considerando que o Conselho Nacional de Educação seria a entidade com melhores condições para fazer este tipo de estudo.

Apresentaram, de seguida, um conjunto de medidas, que visam a melhoria do sistema de apoio a alunos com dificuldades e que, em suma, se expõem:

- ✓ Aprofundar a Educação Inclusiva, através da criação de estruturas de coordenação de apoios educativos inter-agrupamentos, com vista a uma utilização mais rentável dos recursos;
- ✓ Substituir a Classificação Internacional de Funcionalidade (CIF) por instrumentos de avaliação psicopedagógicos com referência ao currículo;
- ✓ Melhorar a profissionalidade do professor de Educação Especial;
- ✓ Aperfeiçoar a articulação entre as escolas de ensino regular e os Centros de Recursos para a Inclusão (CRI's);
- ✓ Melhorar os processos de transição para a vida pós-escolar, através da reformulação dos PIT's e da criação de uma equipa de acompanhamento da implementação das respostas educativas adequadas à transição dos alunos com Necessidades Educativas Especiais (NEE's) entre ciclos e do ensino secundário para a vida pós escolar;
- ✓ Clarificar a intervenção precoce, tendo em vista a melhoria do processo de apoio às crianças no período pré-escolar e uma articulação entre serviços mais eficaz;
- ✓ Clarificar a política de formação de professores de Educação Especial e assegurar formação contínua gratuita para todos. Consideram ainda fundamental que a formação inicial dos professores de ensino regular integre conteúdos relativos à Educação Especial, para que possam fazer face aos problemas com que habitualmente se



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E CULTURA

debatem, designadamente, dificuldades de aprendizagem, dislexia, hiperatividade, entre outros.

Por último, fizeram referência aos exames, considerando inaceitável que os mesmo não prevejam adequações para os alunos que, durante o seu percurso, tiveram adaptações curriculares, entendendo que os resultados irão aumentar a frustração destes alunos.

Intervieram, de seguida, os Srs. Deputados Jacinto Serrão (PS), Rita Rato (PCP) e Manuela Tender (PSD), que apresentaram as posições dos respetivos Grupos Parlamentares e colocaram algumas questões, designadamente sobre as escolas de referência e unidades especializadas, sobre as alternativas à utilização da CIF, sobre a formação inicial e contínua dos professores, sobre os principais constrangimentos do DL nº 3/2008, sobre a questão da elegibilidade e ainda sobre a articulação entre o professor titular de turma e o professor de Educação Especial.

Os representantes da ANDEE sublinharam a importância da formação inicial e referiram-se às alterações decorrentes do Processo de Bolonha, que causaram problemas nesta área, lembrando que esta formação foi, em tempos, de três anos.

Afirmaram ainda que os recursos têm vindo a diminuir e reconheceram grandes problemas de equidade ao nível do acesso e dos resultados. Em relação à CIF, consideram que permitiu apenas uma redução muito substancial dos custos, entendendo que existem várias alternativas à utilização deste instrumento, que não é usado em nenhum outro sistema educativo. Assim, defendem um instrumento multidimensional de avaliação, que seja mais abrangente e flexível.

Por fim, consideraram que cabe à escola - e não ao professor titular ou ao professor de Educação Especial, individualmente - a responsabilidade dos alunos com dificuldades e defenderam que a coordenação deverá ser efetuada de forma mais lata, através de um departamento de apoio ao desenvolvimento de medidas de equidade e inclusão, que não se restrinja aos alunos com Necessidades Educativas Especiais (NEE) e que contemple a diferença de percursos.

A documentação da audição, incluindo a gravação áudio, encontra-se disponível na página do [Grupo de Trabalho](#), na Internet.

Palácio de São Bento, 12 de abril de 2012

A assessora
Cristina Tavares